

Comentários

Cristina Maria Cortezzi,¹ São José dos Campos

Agradeço o convite de Berta Hoffmann Azevedo, em nome do *Jornal de Psicanálise*.

Como representante da SBPSP junto ao Conselho da Febrapsi, acompanho a movimentação do grupo, buscando caminhos legais, assessoria jurídica, para tentar impedir a aprovação de projetos de entidades, religiosas ou laicas, para o ensino e legitimação de uma psicanálise fora dos parâmetros preconizados pela IPA e pelo Movimento Articulação. A cada ano surgem novos cursos de graduação, com promessas de registros em conselhos de psicanálise, além dos cursos rápidos de psicanálise, “torne-se uma psicanalista em seis meses”, que chegam até nós com frequência.

O artigo, entre outros temas, trata principalmente de uma questão ética, ou seja, da proliferação desses cursos que se propõem ao ensino, muitos EAD, com diploma, sem as mínimas exigências necessárias para o ofício do psicanalista, que seria basicamente o tripé da análise pessoal, supervisões, além da teoria psicanalítica. Esses cursos apresentam esses itens em seu programa, mas sabemos da relevância da análise do analista, e que isso não ocorreria nos moldes necessários para se atender pacientes.

Logo no início, os autores informam a criação do Movimento Articulação há 24 anos, composto por instituições psicanalíticas, que comungam dos mesmos princípios éticos e formadores, buscando não só resgatar a história da psicanálise no Brasil, como criar um grupo com força política capaz de impedir projetos com interesses mercantilistas que subvertem os princípios básicos. Princípios esses, em vigor desde o início da criação da psicanálise, nos quais a análise do analista é principalmente valorizada.

Em reuniões trimestrais, questões são debatidas, além de se tomar as devidas providências que forem necessárias.

1 Membro efetivo, analista didata e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP). mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, coorganizadora do livro *Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise* (Blucher, 2017).

Esse Movimento, no qual o Conselho Febrapsi participa, é composto por 26 instituições selecionadas, que se reúne, escreve e luta junto ao MEC não só para tentar barrar projetos de entidades religiosas e parlamentares – que não desistem de tentar regulamentar a psicanálise – como para elencar riscos que a sociedade pode correr por não poder discriminar quais instituições de psicanálise merecem credibilidade. De um modo geral, falta conhecimento sobre as diferenças de uma psicanálise como ofício, de outras psicanálises. Há um movimento da Febrapsi de divulgação nas mídias que propaga a psicanálise de maneira a oferecer à população informações sobre a psicanálise que se preconiza.

A pergunta que me ocorre é o porquê dessa proliferação de cursos de psicanálise no Brasil, que crescem em progressão geométrica? Acontece assim em outros países? Um dado que temos, é que basta ser uma universidade para que possa propor cursos como esses, desde que cumpram as exigências do MEC. O número de pessoas que irão frequentar esses cursos é, sim, alarmante. Basta somar o número de vagas desses 11 cursos de psicanálise, aprovados desde outubro de 2021 para cá, que abrem vagas até para 3000 alunos por ano, como pode ser visto na tabela que está no artigo dos colegas.

Embora não exista ainda uma regulamentação, um conselho como outras profissões, com esse número alarmante de graduandos e “especialistas” vindos dessas instituições, em breve se criará um CFP, Conselho Federal de Psicanálise. Recentemente chegou a nós a propaganda de um desses cursos de psicanálise, validados por um Conselho Brasileiro de Psicanálise, oferecendo registro e pertinência. O Conselho Febrapsi acionou a assessoria jurídica que trouxe informações importantes.

Esses grupos têm uma enorme força econômica, de modo que não será possível impedir sua existência visto que haverá uma grande pressão para se criar um órgão que valide, e autorize o exercício. Um dos projetos de regulamentação enviado por um parlamentar, daria direito ao exercício da profissão a quem tivesse alguma formação em psicanálise e que estivesse exercendo a profissão há pelo menos três anos. Felizmente não foi aprovado. Embora o Movimento Articulação como um todo, não aprove a regulamentação, podemos perguntar, em que e como isso nos afetaria?

Alguém poderia pensar que estaríamos diante de uma disputa de mercado, mas a questão ética que se nos apresenta, como disse acima, é com a população que será usuária da prestação de serviços desses profissionais,

que se intitulam psicanalistas, sem a devida formação necessária, e com possíveis consequências para quem deles se utiliza.

Um ponto levantado pelo artigo diz respeito à globalização e as decorrências desse processo quanto à desumanização da vida, fruto da mentalidade capitalista, em que tudo vira mercadoria. Perguntam os autores: estaríamos assistindo a uma degradação teórico-técnica da psicanálise? A banalização da psicanálise nos atinge, assim como preocupa as instituições que fazem parte do Movimento Articulação e que prezam a formação em psicanálise dentro de parâmetros criteriosos, que prezam a análise do analista como determinante para o exercício dessa função. Como ficariam esses critérios e controle para uma população de mais de 13100 graduados!

Outro eixo que os autores destacam, é a necessidade de uma democratização da psicanálise, comprometida com a inclusão de classes menos favorecidas, com projetos “extramuros”, fora dos consultórios, atendendo minorias, o que já ocorre em algumas instituições, oferecendo atendimento a grupos e assistência à comunidade.

O artigo levanta também a questão para as instituições formadoras, da urgência de se pensar a formação, transmissão e ensino da psicanálise no Brasil. Existiria uma especificidade da psicanálise em nosso país?

Cristina Maria Cortezzi
criscortezzi@yahoo.com.br

Recebido em: 6/10/2024

Aceito em: 6/10/2024